

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, EDUCAÇÃO NÃO FORMAL PARA FORMAÇÃO DO JOVEM PARA CIDADANIA

Valdir Aparecido da Silva

Aluno do Mestrado em Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes. Professora Orientadora: Dra. Rosália Maria Netto Prados.

Professora Orientadora: Dra. Rosália Maria Netto Prados

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo principal, elencar os principais conceitos e a relevância de educação formal, não formal e o papel do educador social na formação dos jovens para cidadania, dentro das políticas públicas educacionais. Para atingir esse objetivo faz se necessários embasamentos teóricos entre vários autores e leituras bibliográficas. Desta maneira o artigo divide-se em tópicos que tratam a temática de forma individual, clara dentro de um contexto global.

Palavras-chave: Educação formal. Educação não-formal. Educador (a) social. Políticas Públicas.

Editor Geral

Prof. Dr. Mário Pereira Roque Filho

Organização e Gestão

Prof. Ms. Clayton Pedro Capellari

Correspondência

Alameda Nothmann, nº 598 Campos Elíseos, CEP 01216-000 São Paulo – SP, Brasil.

+55 (11) 3224.0889 ramal: 218

E-mail: t272dir@cps.sp.gov.br

Introdução

O objetivo deste artigo é elencar os principais conceitos e a relevância de educação formal, não formal e o papel do educador social na formação dos jovens para cidadania, dentro das políticas públicas educacionais. Para atingir esse objetivo faz se necessários embasamentos teóricos entre vários autores e leituras bibliográficas. Desta maneira o artigo divide-se em tópicos que tratam a temática de forma individual, clara dentro de um contexto global. No primeiro tópico define-se o conceito de políticas públicas educacional, e seus caminhos históricos, na segunda parte busca-se demonstrar a relevância, conceito e diferença entre educação formal, não formal e informal. Na terceira parte faz se um breve caminho a respeito do papel do educador social, sua importância na construção de saberes e conhecimentos dentro da comunidade, seu papel como figura transformadora de identidade social nas relações com o outro no meio em que atua.

Conforme as ideias de Gonh, (2009), a educação não formal é uma área carente de conhecimento e pesquisa científica, pois são raras as exceções em que o levantamento sistemático é predominante nesta área no subsidio de projetos e relatórios, e são feitos usualmente por ONGS, que visam terem acessos a fundos políticos que as parcerias públicas de governo-sociedade civil propiciam.

Gadotti, (2005), a educação é o único meio que dar acesso ao indivíduo ao conjunto de bens e serviços que facilitam sua vida em sociedade. Esse direito tem se tornado cada vez mais restringido ao ensino obrigatório e gratuito, pois o direito a educação é sobre tudo um direito social do cidadão de aprender e deve ser compreendido durante toda a vida do indivíduo e garantido aos jovens dentro do estatuto da criança e do adolescente, uma vez que, educação está sob ameaça numa época em que é tratada como uma mercadoria dentro de um sistema capitalista.

Em relevância ao papel do educador social nesse contexto de educar e preparar os jovens para a sociedade em cidadania dentro dos preceitos das políticas públicas educacionais, Gohn, (2009), toda atividade desenvolvida pelo educador social, deve propiciar e buscar desenhar novos cenários futuros, dentro de um diagnóstico que localizem o presente, estimulando imagens e representações mesmo que simbólicas futuras, uma vez que, a representação social de um futuro promissor elenca nesse jovens sentimentos de empoderamentos na busca de mudanças sociais em suas vidas cotidianas.

Caminho histórico das políticas públicas educacionais

Foi durante o período de redemocratização, de acordo com Scocuglia, (2000), que surgiu a política educacional no Brasil, em (1946-1964), motivada pelas batalhas entre os grupos de defesa da educação pública e os privatistas. Essas batalhas foram marcadas, entre outras, em três momentos principais: a definição do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) no congresso, entre 1948 e 1961; a campanha em defesa da escola pública (a partir de 1960) e a disseminação dos movimentos de alfabetização e cultura popular em todo o Brasil, principalmente na região Nordeste, nos primeiros anos da década de 1960.

Na Constituição de 1946, segundo Scocuglia, (2000), foi determinada a elaboração da lei de diretrizes bases para a educação, já que as leis existentes não eram específicas para educação e foram gestadas durante o Estado Novo, consideradas ultrapassadas, além de apropriadas e convascentes à ditadura. Em 1948, o ministro em exercício da Educação, Clemente Mariani, apresentou o primeiro projeto de lei, que trazia preocupações expressas com a educação voltada às camadas mais populares. Propunha, entre outras inovações, as extensões de escolas gratuitas aos setores operários e camponeses e a equivalência entre cursos de nível médio (inclusive os cursos técnicos profissionalizantes).

Para Scocuglia, (2000), tal projeto foi considerado avançado demais para a época, foi então engavetado por esforço especial do ex-ministro da Educação, de Getúlio Vargas e Gustavo Capanema sendo posteriormente, "perdido". Após ser refeito, o projeto só voltou a prosseguir em 1957. A seguir, um novo projeto de lei, fundamentado nas conclusões do III Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (1948), foi enviado ao Congresso, trazendo explícita defesa dos interesses privados, em nome da liberdade de ensino e da não-interposição da política na educação que, de acordo com a mesma deveria ser gerenciada pela sociedade civil.

Com base nas ideias de Bomeny (1993), falar de educação na era Vargas, nos remetia a pensarmos no primeiro governo (1930-1945), foi ali que surgiu a criação do ministério da educação e saúde em (1930), construindo um sistema nacional público de ensino no qual foram feitas várias reformas que, perduram décadas entre estas podemos citar: reforma do ensino secundário 1942, reforma universitária que objetiva a criação e padronização do sistema universitário público federal, criação da

universidade do Brasil, criação do serviço nacional da indústria (SENAI). A marca deste governo foi a nacionalização do ensino, o fechamento de escolas estrangeiras, a construção de unidades escolares e a imposição de um sistema nacional de ensino. Segundo Scocuglia (2000), a educação do primeiro governo Vargas ficou identificada com o ministro da educação Gustavo Capanema que ficou frente ao ministério da educação por 11 anos, entre 1934-1945.

De acordo com as ideias de Demo, (2002), políticas sociais não devem ser vistas como ajuda, piedade ou voluntariado, mas como um processo no qual o indivíduo por meio da política social conscientiza-se da própria necessidade, em consequências erguer-se como sujeito social.

“ Para fins de sistematização, convém distinguir no campo da política social pelo menos três horizontes teóricos e práticos: políticas assistenciais, políticas socioeconômicas, políticas participativas” (DEMO, 2002, p.25).

Para Demo, (2002), entende-se como políticas assistenciais aquela que abrange grupos populacionais que não se alto sustentam, cabendo ao Estado a obrigatoriedade de assistência adequadas por direitos de cidadania de modo formal ou informal

“O campo socioeconômico da política social remete ao relacionamento condicionante entre o horizonte social e econômico na sociedade. Volta-se para o enfrentamento da pobreza material” (DEMO,2002, p.32).

Demo, (2002), ressalta que o Estado tem presença marcante nesse espaço e que suas ações embora sejam apenas de apoio e normatização jamais devem ser de agentes produtivos, de qualquer forma já é um avanço entender que o crescimento econômico é um instrumento indispensável e o social é a finalidade. Deste modo é papel do Estado planejar e direcionar o crescimento econômico incentivando investimentos na geração de empregos e rendas.

“Neste espaço a questão política social participativa se complexifica (...). Trata-se de iniciativas voltadas ao enfrentamento da pobreza política da população, dentro do reconhecimento de que não se pode enfrentar a pobreza sem o pobre” (DEMO,2002, p.37).

Educação não formal/informal e formal

Entende-se por educação não formal, segundo Gohn, (2010), os ensinamentos relativos a aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados e normativos

dentro das leis, nos quais jaz incluído a formação do indivíduo como cidadão social e ativo no desenvolvimento de suas habilidades, competências, criatividade e percepção. A educação não formal ocorre fora do sistema formal de ensino, consiste em um processo organizado, porém, os resultados desta aprendizagem não são avaliados formalmente, é voluntária, não tem hierarquias e baseia-se na motivação intrínseca do indivíduo tomando como as necessidades particulares dos formandos, adequando-se de forma linear em respostas às suas aspirações. Esse tipo de ensino é flexível em relação ao ensino formal, e, é referido como aprendizagem ou experiência de vida entre adultos.

De acordo com Gohn, (2010) a educação não formal caracteriza-se em contraposição à educação formal, a autora ressalta que, a educação não formal não tem caráter formal normativo dos processos escolares que, são normatizados por instituições oficiais superiores com certificados de titularidades, o que difere ambas é que, a educação formal é amparada na legislação nacional que fidedigna critérios e procedimentos específicos, em contraposição à educação não formal se pauta em outras lógicas em categorias, espaços e tempos, dada pelo fato de não ter a priori um currículo definido quanto aos conteúdos, temas e habilidades específicas a serem trabalhados. Deste modo de acordo com a autora entende-se que, a educação não formal é sinônimo de educação extraescolar, levando em conta que a mesma ocorre fora do ambiente, porém, é reconhecido que existe um processo educativo que transcende os muros escolares.

Com base nas ideias de Gohn, Gadotti, (2009), a educação não formal é mais generalizada, hierárquica e menos burocráticas a formulação dos seus programas são variáveis e podem ter duração tão importante quanto a categoria no quesito espaço e tempo, seu tempo de aprendizagem é flexível devendo respeitar as diferenças biopsicossociais, a autora ressalta também que a ideia de educação não formal está muito associada à ideia de cultura.

Gohn, (2010), destaca ainda a diferenciação existente entre a educação não formal e a informal, como já citado anteriormente a educação não formal é aquela que transcende os muros extraescolares, ao passo que a informal é muito semelhante é extremamente importante apontar as diferenciações entre ambas. A autora nos diz que, a educação informal é demarcada por seus espaços educativos por referências de nacionalidade, localização, idade, sexo, etnia, religião e etc. que nos remete aos valores e crenças que são passadas de geração para geração e que são aprendidos

também no processo de socialização do indivíduo com a sociedade, deste modo entende-se por educação informal como algo que está intrínco ao indivíduo são aspectos de naturalização de seus pertencimentos culturais.

Para Gadotti, (2005), entende-se por educação formal aquela que tem objetivos claros e específicos a qual é normatizada dentro da lei e representada pelas escolas e universidades, dependendo de uma diretriz educacional intermediada e baseada em currículos, com estruturas hierárquicas e burocráticas fiscalizada e determinada por órgãos do Ministério da Educação. O autor afirma que toda educação é de certa forma educação formal partindo do pressuposto de ser intencional, porém, o que muda entre ambas são os cenários, ou seja, o ambiente da escola.

‘A educação formal pressupõe ambientes normatizados, com regras, legislações e padrões comportamentais definidos previamente’ (GOHN, 2010, p.17).

Segundo Gadotti, (2005), a educação é pautada em objetivos claros e específicos que é representada e dentro do ambiente escolar e universitário, dependendo por tanto de uma diretividade educacional normatizada e centralizada com bases curriculares hierarquizadas e burocráticas, com determinações a nível nacional através de órgãos fiscalizadores do ministério da educação (MEC), dentro deste sistema que é a educação formal o autor discorre suas ideias sobre a importância da escola como espaço e lugar de destaque com sua estrutura dinâmica e específica, considerada também uma instituição social importante no processo de mediação entre conhecimento, indivíduo e sociedade.

Para Gohn, (2006), na educação formal devemos esperar que haja uma aprendizagem “efetiva”, porém infelizmente nem sempre isso ocorre, mas a autora ressalta que, além da certificação e da titulação que se faz necessária na capacitação dos indivíduos a seguirem por etapas mais avançadas na aprendizagem. A educação formal tem um caráter metódico e é dividido por idade, classe de conhecimento dentro da sistematização disciplinar e regulada nas leis de órgão superiores. Já na educação informal a autora afirma que, esses resultados de aprendizagem por níveis e regulamentação previstas por leis não são esperados, eles simplesmente acontece e partem de pressupostos do senso comum entre os indivíduos, que orientam suas formas de pensamentos e ações espontaneamente trazendo como resultados uma série de processos tais como; consciência grupal, construção de uma nova identidade, capacitação para o mercado de trabalho, sentimentos de valorização e empoderamento de suas habilidades sociais.

Nesse sentido, falar em Educação Popular é falar impreterivelmente do legado do Educador Paulo Freire (1921-1997) que trouxe importantes reflexões sobre os sujeitos postos à margem da sociedade do capital. Por entender as classes populares como detentoras de um saber não valorizado e excluídas do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade, nos mostra a relevância de se construir uma educação a partir do conhecimento do povo e com o povo provocando uma leitura da realidade na ótica do oprimido, que ultrapasse as fronteiras das letras e se constitui nas relações históricas e sociais. Nesse sentido, o oprimido deve sair desta condição de opressão a partir da fomentação da consciência de classe oprimida (MACIEL, 2011).

Para Gadotti, (2005), a educação é fundamentalmente importante na facilitação e no acesso dos indivíduos aos bens e serviços disponíveis dentro da sociedade, é a educação que dá direitos e subsídios a todos os cidadãos, além de ser considerada como um direito necessário humano que dá acesso a direitos e deveres dentro de uma sociedade democrática. Desta forma o direito a educação é reconhecido e consagrado dentro da legislação de praticamente todos os países, no Brasil esse direito está garantido dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Deste modo para Gadotti, (2005), toda educação é de certa forma formal, pois uma vez que, existe um sentido intencional no ato de educar, diferencia-se apenas pelo o espaço da escola que é demarcado por normas e regularidades e o espaço não formal é demarcado pela descontinuidade, eventualidade e informalidade.

O papel do educador social

O papel do educador social segundo Gohn, (2009), é algo que vai além de um simples animador cultural, apesar de ser considerado um animador de grupo, o educador social exerce um papel fundamental, ativo, interativo e desafiador dentro do grupo com seus participantes dentro do campo grupal local onde é construído (letras, falas, gestos, gráficos, simbolismos e etc.) deste modo o educador social é considerado peça chave de alta relevância no emulsionamento participativo dos indivíduos com qualidade, o dialogo tematizado conduzido pelo educador social é o fio condutor da formação do grupo, porém o educador social deve fazer uso de

metodologias embasadas em fundamentos teóricos e ações práticas, compostas por atividades, etapas, métodos, ferramentas, instrumentos e etc.

Porém para Gaspar, (2009), para melhor compreensão das relações interpessoais, faz se necessário compreendermos todo o processo dinâmico e complexo que é o ser humano, figura singular e imerso no espaço, a autora ressalta que as relações vividas no ambiente escolar, familiar e social são passíveis de no desenvolvimento de aprendizagem e também de bloqueios do indivíduo, por tanto é nesse contexto que o papel do educador social assim também como do professor se faz necessário, e importante nesse processo de ensino e aprendizagem.

Segundo a pedagogia de Freire, Gohn, (2009), o trabalho do educador social é cunhado em três fases distintas; elaboração do diagnóstico do problema e suas necessidades, elaboração preliminar da proposta de trabalho propriamente dita e o seu desenvolvimento e complementação do processo e participação do grupo ou comunidade de um certo território na implementação das propostas. Dentro desta perspectiva a autora discorre a respeito da aprendizagem do educador social, pois dentro desta pedagogia o educador social tem uma via de mão dupla entre ensinar e aprender, uma vez que, o educador aprende ao passo que ensina, o diálogo é o único meio de comunicação, e ocorre de forma linear e sensível, levando em conta os aspectos socioculturais.

“A libertação é um parto, e um parto doloroso por isto, o homem que nasce deste parto é um novo homem que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos” (FREIRE,1921-1997, p.70).Dentro deste conceito do autor, podemos objetivar que, ao passo que o indivíduo aprende ele liberta-se como sujeito conscientes e autônomos de seus direitos, deveres e ações como cidadãos e cabe ao educador social ou professor proporcionar esta libertação de forma fidedigna.

Segundo Arroyo, (2004), o papel de educar, seja ele de mestre, professor ou educador social, dá se no âmbito social e na constatação de que só é possível aprender a ser humano dentro de uma rede complexa de relacionamentos com outros seres humanos, dentro deste contexto se faz necessário um ambiente seja ele, formal ou informal, porém ambos devem terem um único objetivo o de ensino aprendizagem, não somente pelo fato de que cada mestre é esperado na sala de aula, mas pelo fato de que ali nestes ambientes acontecem encontros de gerações e culturas.

Gohn, (2009), destaca entre vários papéis desenvolvidos pelo educador social, a tarefa de construção de espaços de cidadania e território onde são desenvolvidas alternativas e meios de informações tradicionais cotidianas nas quais os indivíduos estão expostos, os meios de comunicação de rádio e tv são considerados novos tecidos sociais, onde novas figuras de promoção de cidadania poderão surgir e desenvolver-se tais como; tradutores sociais e culturais, que são desenvolvidos pela própria comunidade que, ao mesmo tempo também assume um papel de educador social além proporcionar aos indivíduos que estão isolados e invisíveis ao meio social devido a uma deficiência visual ou auditiva, são mecanismos que propiciam uma vida em sociedade inclusiva e digna.

Desta forma Gohn, (2009), afirma que, o educador social atua na comunidade dentro de uma perspectiva socioeducativa, com uma proposta de saberes a partir de uma tradição de culturas regionais, respeitando os valores e saberes culturais de cada ser humano, dando ressignificação e reconstruindo eixos valorativos dentro de temas já existentes, sobrepondo outros conhecimentos sem desconstruir os já existentes, apenas agregando novos valores.

Considerações finais

Após fazer uma releitura bibliográfica referentes a educação formal, não formal, informal e o papel do educador social, é possível afirmar que, a educação formal tem como base a transferência de conhecimentos através da comunicação científica, embasadas em conhecimentos metodológicos dentro de um ambiente específico, normatizados com regras, que é a sala de aula, tem como diferencial a certificação e o reconhecimento pelos órgãos normativos da educação. Porém ao que se refere a educação informal fica evidenciado que, a mesma é baseada em conhecimentos passados de gerações para gerações, são os valores morais e culturais de uma determinada cultura, seu conhecimento é considerado uma aquisição através de experimentações motivadoras.

A educação não formal é aquela que, atualmente é considerada um grande desafio ao passo que, não possui um caráter normativo, é considerada sinônimo de educação extra escolar, pois ocorre fora dos muros da escola, é possível notar que existe uma dicotomia em relação a educação não formal ser considerada uma forma complementar da educação formal, é mais generalizada, menos hierárquica e está

associada a ideia de cultura, aprendida por meios de socialização considerando o indivíduo biopsicossocial.

No que se refere ao papel do educador social fica evidenciado sua importância no ato de educar dentro de uma visão socioeducativa, no qual está inserido comunidades e grupos em situação de vulnerabilidade, seu papel é de ajudar a resgatar pessoas carentes de conhecimentos, tornando-os sujeitos autônomos e ativos em seus papéis na sociedade. Ser educador social requer muito preparo e habilidades, porém seu papel não é reconhecido como profissão pelos órgãos normativos da educação, o que levam a muitos a trabalharem sem experiência ou formação. O aprendizado do educador social acontece ao passo que o mesmo interage na sociedade com os grupos que atua.

Deste modo, concluo que, independente da sociedade e do grau que a mesma tem de conhecimento é de extrema importância que haja educação formal, assim também como a informal, pois aprendizagem nunca é demais e não é limitada, pois assim como é possível obtermos conceitos e conhecimentos através de leituras de livros, é vital também que obtenhamos conhecimentos em uma simples conversa ou em uma nova cultura, penso que, é importante a troca de vivências entre indivíduos de culturas diferentes assim também como é de grande valia os conhecimentos oferecidos através das escolas.

Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel G. **Imagens Quebradas: Trajetórias e Tempos de Alunos e Mestres.** Petrópolis: vozes, 2004.

BOMENY, Helena. **Novos Talentos, Vícios Antigos: Os Renovadores e a Política Educacional.** Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 6, n.11,1993, p.24-39.

DEMO, PEDRO. **Política Social, educação e cidadania.** Campinas, SP: Papyrus, 5º ed, 2002.

FREIRE, Paulo, 1921-1997. **Pedagogia do Oprimido.** 60 ed-Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GOHN, M.G. **Educação não-Formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Ensaio: aval. Pol. públ. Euc., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p.27-38, jan. /mar.2006.

_____. **Educação não-formal, Educador (a) social e projetos sociais de inclusão social.** Meta avaliação, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.28-43, jan. /abr.2009.

_____. **Educação não-formal e o educador social:** Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GADOTTI, M. **A Questão da Educação Formal/Não-formal.** Sion, Suisse: Institut International des Droits de l' enfant-IDE, 2005.

GASPAR, M. A. D. **A alfabetização das crianças com 6 anos – a importância da afetividade no processo.** In: LAURITI, N.C; MOLINARI, S.G (org..). Perspectivas da alfabetização (Pedagogia de A a Z; vol. 1). Jundiaí, SP. Paco Editoria: 2009.

MACIEL, K, F. **O pensamento de Paulo de Freire na trajetória da educação popular.** Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul. /dez. 2011.

SCOCUGLIA, A. CELSO. **História Inéditas da Educação popular do sistema Paulo Freire aos IPMs da Ditadura.** Editora Universitária - UFPB IPF – Instituto Paulo Freire. Cortez Editora, 2000.